

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Senhor Paulo Martins)

Estabelece a Lei de Transparência das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os deveres de transparência das Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos e normas estatutárias visem a fins de interesse público.

Parágrafo único – Esta Lei não se aplica às entidades religiosas, desportivas e àquelas não reconhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Art. 2º As Organizações Não-Governamentais (ONGs) deverão prestar contas semestralmente dos recursos de origem estrangeira recebidos, a qualquer título, de pessoas físicas, jurídicas, governos ou organizações internacionais.

Art. 3º Fica criado o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça, no qual serão inscritas todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuantes no país e que recebam recursos de origem estrangeira.

§1º Por ocasião da inscrição de que trata o caput deste artigo e, semestralmente, a Organização Não-Governamental (ONG) prestará esclarecimentos sobre suas fontes estrangeiras de recursos e o modo de utilização desses recursos para o custeio de suas atividades.

§2º Além da obrigação constante do §1º deste artigo, a Organização Não-Governamental (ONG) deverá publicar, semestralmente, em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet), relatório contendo a indicação do



valor, da origem e da moeda dos recursos de origem estrangeira que lhe foram repassados, mês a mês, por pessoas físicas, jurídicas, governos ou organizações internacionais.

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.



Art. 4º Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos art. 2º e 3º ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa pelo Ministério da Justiça:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 100% (cem por cento) do valor de origem estrangeira recebido e não declarado, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - suspensão temporária das atividades; ou

IV - proibição de exercício das atividades.

Art. 5º A partir da promulgação desta Lei, as Organizações Não-Governamentais terão o prazo de 180 (dias) para dar cumprimento ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, contendo o primeiro relatório a ser divulgado as informações relativas aos 5 (cinco) anos anteriores à edição desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo deverá regulamentar o disposto nesta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Há muito tempo o Congresso Nacional tem demonstrado sua preocupação com a atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) em território nacional¹, seja pela ligação de muitas destas ONGs com interesses estrangeiros seja por denúncias de desvios de recursos públicos.

A título de exemplo, no ano de 2001, foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito do Senado Federal para investigar a atuação de ONGs com ligações estrangeiras em assuntos indígenas, de segurança nacional e ambientais na região da Amazônia². Entre 2007 e 2010, nova CPI foi instalada no Senado Federal para apurar esquemas de desvios de recursos públicos envolvendo ONGs³.

Com base em recentes denúncias de que empresas estrangeiras estariam comprando terras na Amazônia, utilizando-se de ONGs, novo requerimento de CPI foi apresentado perante o Senado Federal para investigar as denúncias⁴.

A discussão acerca da atuação de ONGs em território nacional sob a influência de interesses estrangeiros não se limita ao Brasil. Recentemente, foi aprovada lei em Israel para obrigar as ONGs que recebem seu financiamento de governos estrangeiros a darem transparência à origem de seus recursos⁵.

No Brasil, é crescente o número de ONGs recebendo financiamento estrangeiro para influenciar e interferir na concepção e na execução de políticas públicas em território nacional⁶.

¹ Vide, por exemplo, o PL 4.953/2016.

² *Os requerimentos da CPI da Amazônia em 2019: o que as antigas CPIs das ONGs têm a ensinar*. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28072/Workingpaper_CPI_24.09.19.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 16 de março de 2022.

³ Relatório Final da CPI “DAS ONGS”. Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194594/CPIongs.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em 16 de março de 2022.

⁴ Presidente do Senado promete instalar CPI das ongs em 2022. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/poder/presidente-do-senado-promete-instalar-cpi-das-ongs-em-2022/>. Acesso em 16 de março de 2022.

⁵ After contentious debate, Knesset passes NGO law. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/after-hours-of-ate-controversial-ngo-bill-passes-into-law/>. Acesso em 16 de março de 2022.



Numa democracia efetiva, os eleitores/cidadãos devem formar seu convencimento acerca das questões públicas sabendo claramente quais os interesses em jogo e quem está por trás de tais interesses. Por exemplo, a Lei Eleitoral obriga que os candidatos a cargos eletivos prestem contas de suas campanhas eleitorais para saber quem são os doadores de recursos para determinada plataforma eleitoral. Do mesmo modo, em relação à atuação dos poderes públicos, aprovou-se a Lei nº 12.527, de 13 de novembro de 2011 para garantir o acesso a informações dos órgãos públicos por parte dos cidadãos.

Dessa forma, a presente proposta busca trazer transparência à atuação das ONGs que recebem recursos estrangeiros em território nacional. Os cidadãos brasileiros têm o direito de saber a mando de quem estas entidades atuam no território nacional, garantindo-se, assim, que qualquer interferência estrangeira seja conhecida e discutida na arena do debate público.

Em tempo de acirramento de conflitos no mundo com denúncias de tentativas de agentes estrangeiros, estatais e não-estatais, interferirem em questões internas de outras nações, imprescindível a aprovação da presente proposta legislativa para conferir maior transparência à atuação de ONGs que recebam recursos estrangeiros para atuar no território brasileiro.

Certo de que os pares bem aquilatarão a conveniência e oportunidade da medida legislativa ora proposta, solicitamos o apoio para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 29 de março de 2022.

**DEPUTADO FEDERAL PAULO MARTINS
(PSC-PR)**

⁶ FHC, Quebrando o Tabu e juízes: quem George Soros financia no Brasil. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quem-george-soros-financia-no-brasil/>. Acesso em 16 de março 022.

